

"Lei n.º 327"

Reforma Administrativa

Logo saber que a Câmara Municipal dos Vereadores decretou e eu

sanciona a seguinte Lei:-

Capítulo I

Art. 1º - A administração é exercida pelo Prefeito, auxiliado por um Secretário de Planejamento e Obras.

Art. 2º - Fica criada a Secretaria de Planejamento e Obras, com sede na cidade de São José do Calçado.

§ Único - A sua finalidade será o planejamento administrativo, a execução e a conservação das obras públicas municipais.

Art. 3º - O cargo de Secretário de Planejamento e Obras, demissível "ad nutum", será preenchido por um eletor de livre escolha do Prefeito.

Art. 4º - A administração municipal poderá ser bipartida:

1 - Em administração direta, que se constitui dos órgãos integrados na estrutura da administração pública municipal;

2 - Em administração indireta, que compreende as seguintes entidades autônomas:

a - Autarquias

b - Sociedades anônimas de Economia mista

c - Fundações.

§ - 1º - Caracteriza-se como autarquia o serviço público municipal autônomo, criado por Lei especial, com patrimônio e receitas próprias, cujo Di-

vetor seja de livre escolha do Prefeito;

§ 2º - Caracteriza-se como Sociedade Anônima de Economia Mista, a sociedade, cujas ações em direito de voto pertençam, em sua maioria, ao Município de São José do Calçado;

§ 3º - Caracteriza-se como Fundação a instituição estatutária, criada em benefício da coletividade, segundo os preceitos do artigo 24 e seguintes de "Código Civil", cuja instituidor seja a Prefeitura de São José do Calçado.

Capítulo II

Da Administração Regionalizada

Art. 5º - O Prefeito promoverá a descentralização geográfica das atividades administrativas, para facilitar a planificação, execução e conservação das obras e dos serviços públicos.

§ único - Para tanto, o território será dividido em quatro regiões administrativas, compreendendo:-

a - Primeira região - a Cidade de São José do Calçado

b - Segunda região - a zona rural do primeiro distrito, com sede no povoado do Jacá.

c - Terceira região - As zonas Rural e Urbana do Distrito de Alto Calçado, com sede na vila de Alto Calçado;

d - Quarta região - As zonas Rural

e Urbana do distrito de Sirituba, com sede na Zila de Sirituba.

Art. 6º - Cada região administrativa será dirigida por um administrador Regional.

§ 1º - Fica criado o cargo de Administrador Regional, demissível *ad nutum*.

Art. 2º - A sua nomeação será feita pelo Secretário de Planejamento e Obras e recairá num dos eletores desta zona eleitoral.

Art. 7º - As administrações regionais estão diretamente subordinadas à Secretaria de Planejamento e Obras.

Capítulo III

"Normas Fundamentais"

Art. 8º - Constituem Normas Fundamentais da Administração Municipal:

- 1 - O Planejamento.
- 2 - A descentralização com delegação de competência.
- 3 - A Superintendência.

Seção I

"De Planejamento"

Art. 9º - A ação administrativa do Poder Executivo, tendo em vista o desenvolvimento econômico do Município e o bem estar social de seu povo, obedecerá a um programa.

São objetivas, em trabalho de equipe com as administrações regionais.

§ - 1º - Os administradores regionais apresentarão sugestões para execução e conservação das obras de suas respectivas regiões;

§ - 2º - As sugestões serão examinadas em reunião colegial, com a presença do Secretário de Planejamento e Obras, presidida pelo Prefeito;

§ - 3º - Somente as sugestões aprovadas integrarão o "Planejamento Geral";

§ - 4º - A aprovação das sugestões será feita por aclamação ou por votação simbólica, cabendo ao Secretário de Planejamento e Obras, em caso de empate, exercer o "Voto de Minerva".

Art. 10º - O "Planejamento Geral" será redigido pelo Secretário de Planejamento e Obras, que submeterá a aprovação do Prefeito.

§ - Único - Depois de aprovado, Integrará a Proposta Orçamentária, na parte que lhe for pertinente.

Seção II

"Da Descentralização"

Art. 11º - Fica assegurada a autonomia administrativa dos Administradores regionais, em suas respectivas regiões, para a execução das obras planejadas.

Art. 12º - A "Folha de Pagamento" do pessoal de Obras será feita pelo Fis

calização de Obras, sendo antes do pagamento submetida à apreciação do Secretário de Planejamento e Obras, que aprova nela a autorização de pagamento e só dessa forma terá a sua completa formalização.

Seção III "Da Superintendência"

Art. 13º - O Secretário de Planejamento e Obras superintenderá as administrações regionais, interferindo nela diretamente, se for necessário, comunicando antes a deliberação ao Prefeito.

§ único - Só será concretizada a intervenção se houver autorização expressa, nesse sentido, da autoridade científica da

Capítulo IV "Do Funcionário Público Municipal"

Art. 14º - Os cargos são classificados pela forma estabelecida nesta Lei.

§ - 1º - São eles de provimento.

- 1 - Efetivo,
- 2 - Em confiança,
- 3 - Em Comissão.

§ - 2º - Para os efeitos desta Lei, cargo é a função pública, cujo exercício demanda tempo integral para os de provimento efetivo e tempo parcial para os de confiança;

§ - 3º - Os cargos de provimento efetivo são os constantes de "Quadro Único do Funcionalismo" anexo, que passa a

fazer parte integrante desta Lei;
§- 4º - Escargos de confiança são os constantes dos artigos 3 e 6 desta Lei;
§- 5º - Quando a nomeação para o cargo de confiança recair em um funcionário, será em comissão.

Seção I "Da Classificação"

Art. 15º - O sistema de classificação objeto da presente Lei envolve uma divisão em Grupos de Ocupações.

§ único - Esses grupos abrangem:

- I - Escrituração,
- II - Contadoria,
- III - Fiscalização,
- IV - Vigilância e Limpeza,
- V - Imprensa,
- VI - Lardinagem

Seção II "Dos Símbolos"

Art. 16º - Cada cargo tem um símbolo representativo, constituído pelos seguintes elementos:

- I - Inicial de serviço a que pertence;
- II - Número de "Grupo de Ocupações" dentro do Serviço;
- III - Número do cargo dentro do respectivo "Grupo de Ocupações";
- IV - Padrão de Vencimento.

§ único - O padrão de vencimentos será por letras, com os seguintes valores:

a - Letra H - a importância de R\$ 51,00

- b. Letra B - a importância de NCr \$ 80,00
- c. Letra C - a importância de NCr \$ 90,00
- d. Letra D - a importância de NCr \$ 90,00
- e. Letra E - a importância de NCr \$ 110,00
- f. Letra F - a importância de NCr \$ 120,00

Art. 17º - Poderá o Executivo instituir funções gratificadas, que constarão das leis orgânicas ou dos regimentos das repartições.

Seção III "Do Salário de Família"

Art. 18º - Será concedida ao funcionário ativo ou inativo, respeitadas as limitações estatutárias (art. 14º) do "Estatuto do Funcionário Público", o salário família de NCr \$ 1,00.

Seção IV "Da Situação Nova"

Art. 19º - O conjunto dos cargos do proveniente efetivo e de funções gratificadas integra o "Quadro Único do Funcionalismo".

§ 1º - As denominações, as quantidades e os símbolos dos cargos são as constantes desse Quadro, em substituição automática das situações anteriores;

§ 2º - Será publicado dentro de 30 (trinta) dias, após a vigência desta lei, a relação nominal dos servidores, devidamente afunilados ao sistema, a

que se refere este artigo;

§- 3º - O servidor que se entender prejudicado com a nova classificação do seu cargo, poderá requerer ao Prefeito revisão, dentro do prazo de quinze dias, a contar da data em que for publicada a "Relação Nominal dos Servidores";

§- 4º - O despacho decisório será proferido dentro de vinte dias.

Capítulo V

"Das Disposições Gerais"

Art. 20º - Fica instituído o primeiro domingo do mês de junho, como o dia do Município de São José do Calçado.

Art. 21º - Até que seja elaborada a Lei estatutária do funcionalismo Municipal, aplica-se a ele o "Estatuto do Funcionário Público" do Estado do Espírito Santo, respeitadas as limitações contidas nesta Lei.

Art. 22º - Ressalvados os assuntos de caráter sigiloso, os órgãos do serviço público estão obrigados a responder as consultas feitas por qualquer cidadão, desde que relacionados com seus legítimos interesses e pertinentes da repartição.

Art. 23º - Forará o Executivo a Regulamentação, por decreto desta Lei de uma só vez ou parcialmente.

Art. 24º - Revogam-se as leis

nos. 165 de 25/9/1959; 172 de 9/6/1960;
301 de 18/11/1966 e 312 de 13/6/1967.
Art. 25º. Esta Lei entrará em vi-
gor a partir da data de sua pu-
blicação, tornando-se sem efeito
as disposições em contrário.

São José do Calçado,
10 de maio de 1968.

Blumide
José Borge de Almeida
Prefeito Municipal.

Quadro Único do Fun- cionalismo (Cargos de Provedimento Efetivo)

Serviço Público. (P)

Grupos de Cargos	Cargos	Nº	Simbolos
I- Escrituração	I- Secretário	1	P. I-IE
	II- Escritura- rio-Datilo- grafo	2	P. I-II-D
II- Contadoria	I- Contador	1	P. II-I-F
	II- Tesoureiro	1	P. II-II-E
	III- Auxiliar de Contador	1	P. II-III-E
III- Fiscalização	I- Lançador de Renda	1	P. III-I-E
	II- Fiscal de Obras	1	P. III-II-E

Grupos de Ocupações	Cargos	Nº	Símbolos
	III - Fiscal de Ren- das	3	P. III-III-E
II - Vigilância e Lim- peza	I Barbeiro	1	P. IV-I-C
	II Zelador da Prefeitura	1	P. IV-II-B
	III Zelador da Uzina	1	P. IV-III-B
	IV Zelador de Ce- mitério	1	P. IV-IV-B
	V Contínuo	1	P. IV-V-B
	VI Porteiro	1	P. IV-VI-A
V - Imprensa	I Diretor	1	P. V-I-E
	II Tipografia	1	P. V-II-B
	III Auxiliar de Tipografia	2	P. V-III-A
VI - Lardinagem	I fardineiro	1	P. VI-I-C